



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000094-86.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Elizangela Lemes**
 Requerido: **Condominio Spazio Mont Royal e outro**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ELIZANGELA LEMES propôs ação de indenização por danos morais c/c obrigação de fazer em face de **CONDOMÍNIO SPAZIO MONT ROYAL e MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A**. Alegou ser proprietária do apartamento nº 204, bloco 21, construído pela construtora requerida e administrado pelo condomínio réu. Que no dia 29/08/2016 seu filho, de 1 ano e 3 meses, caiu dentro de um dos bueiros existentes no condomínio, em razão da má qualidade das tampas utilizadas para a vedação. Que o menor foi socorrido pelo SAMU e atendido pela Santa Casa local, sendo que a queda lhe acarretou lesões. Que registrou Boletim de Ocorrência nº 815/2016, junto à DDM local. Requereu a condenação dos requeridos em indenização pelos danos morais causados, a substituição de todas as tampas dos bueiros existentes no condomínio e os benefícios da gratuidade processual.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 11/48.

Concedida a gratuidade processual à fl. 49.

Devidamente citada (fl. 55), a construtora requerida apresentou contestação às fls. 56/88. Preliminarmente, alegou inépcia da inicial e a ilegitimidade ativa da requerente e passiva da requerida. No mérito, aduziu a ausência de prova sobre os fatos alegados. Alegou que a responsabilidade da manutenção e preservação da área é exclusiva do condomínio. Que houve culpa concorrente da requerente e que os danos morais pleiteados são abusivos, visto que o fato foi apenas um mero dissabor. Pugnou pelo reconhecimento da ilegitimidade da autora para requerer a substituição das tampas. Juntou documentos às fls. 89/195.

Devidamente citado (fl. 218), o primeiro requerido apresentou contestação às fls. 219/241. Preliminarmente, pugnou pela inaplicabilidade do CDC ao caso, alegou a ilegitimidade ativa da requerente e a passiva do condomínio. No mérito, aduziu que não houve nexo de causalidade entre o dano sofrido e conduta exercida pelo condomínio, uma vez que a manutenção



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

é feita de forma correta nos parâmetros dos manuais existentes e com o auxílio de placas de sinalização. Que houve culpa concorrente da requerente, negligente na supervisão do filho menor. Que os danos morais pleiteados são abusivos, visto que o fato foi apenas um mero dissabor. Requereu a extinção do processo acolhendo as preliminares apresentadas, e requereu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 242/345.

Réplicas às fls. 199/202 e 349/354.

Decisão de fl. 356, que afastou as preliminares apontadas.

Audiência de instrução e julgamento fls. 384/392.

Alegações finais às fls. 393/404 e 409/415.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Trata-se de pedido de indenização por dano moral c/c obrigação de fazer, que a requerente intentou, diante do acidente, ocorrido dentro do condomínio requerido, que vitimou seu filho de 01 ano e 3 meses à época, causando-lhes lesões.

Alegou que o acidente se deu em razão da má-qualidade das tampas fornecidas para tampar o esgoto, quando da construção do edifício, que se abrem facilmente e giram no próprio eixo. Informou, ainda, que incidentes já haviam sido anteriormente comunicados ao condomínio requerido, que nada fez para solucionar a questão e evitar a ocorrência de novos incidentes.

Pois bem. Já analisadas as preliminares arguidas, passo ao mérito.

A relação jurídica entre as partes restou devidamente comprovada. Ambas as rés são partes legítimas para responder a ação visto que ficou comprovado, no curso processual, a responsabilidade das rés pela ocorrência do evento danoso.

A prova testemunhal trazida aos autos corrobora as alegações da autora.

A testemunha Silvana informou que ouviu os gritos no dia do ocorrido. Que a tampa em que ocorreu o acidente virava quando alguém pisava. No dia, chegou a pisar na tampa para verificar o que teria acontecido e não era necessária muita força para que a tampa virasse, sendo que uma criança conseguiria fazê-lo facilmente. Informou que já foi falado sobre as tampas em reuniões de condomínio e que elas estão sendo trocadas por outras, de concreto. Que o local do acidente é totalmente aberto, sendo que qualquer pessoa tem acesso às tampas de esgoto.

A testemunha Rodrigo Beraldo Nastri, engenheiro civil da construtora ré, supriu a prova pericial requisitada, visto que respondeu às questões colocadas, de forma técnica. Informou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que se a tampa estiver mal encaixada pode, sim, virar acarretando acidentes como o ora discutido.

O síndico do condomínio embora tenha informado que não há meios para que a tampa vire em seu próprio eixo, e que já as havia testado com p seu próprio peso (130kg), confirma troca - que disse ser preventiva - por outras mais pesadas e de difícil movimentação. Em suas palavras:

03'31": "em alguns lugares foram substituídas, não por causa da tampa em si, mas porque é perto de playground assim, e a gente achou melhor substituir para que não tenha como uma criança empurrar ela ou acontecer alguma coisa".

05'04": "A gente comprou tampas de pedra porque o custo dela é muito mais baixo do que manter uma tampa dessas. "

05'32": "Ela não tem como tirar do lugar fácil. só um adulto consegue mover para fazer a verificação."

Indagado, confirmou que as antigas tampas, de plástico, poderiam ser retiradas de forma fácil, inclusive por uma criança de 1 ano e 3 meses.

Afirmou que a troca das tampas não teve qualquer relação com o acidente, já que teria tomado conhecimento do processo apenas em novembro, após a realização das trocas. Em suas palavras:

12'15": "Não assim, a gente só ficou sabendo do processo, foi mais ou menos em novembro, que a gente ficou sabendo, porque eu fui no cartório porque tinha um protesto né,e ai eu aproveitei o CNPJ, sentei com o advogado e a gente viu se tinha alguma coisa e ai tinha esse processo".

Essa situação, porém, é bastante estranha, já que o processo foi proposto apenas em janeiro de 2017. A troca "preventiva", aliás, se deu exatamente nos locais com maior fluxo de crianças, para evitar que elas pudessem empurrar a tampa.

A última testemunha, Antonio Carlos, mais parecia estar defendendo a requerida MRV, faltando com a verdade durante o depoimento, o que restou evidente até porque as suas palavras confrontaram todas as demais provas produzidas.. Atestou categoricamente que a tampa não poderia ter virado com o peso da criança e inclusive, trouxe à audiência uma tampa semelhante. Afirmou que houve a troca preventiva de algumas tampas, ainda que todas estivessem em perfeito funcionamento e ainda que a troca não teve qualquer relação ao ocorrido com o filho da autora. Em suas palavras:

03'19": "Foram trocadas, uma por manutenção preventiva, e esteticamente, por estar escrito não pisar em cima, pra evitar incidente, porque a gente não sabia do ocorrido ainda que tinha acontecido com ela, e uma porque, antes do Sr. Jeferson



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ser o síndico, a gente andava pelo condomínio e via que precisava ser feitas umas melhorias no condomínio (...)"

Ao ser indagado sobre o depoimento da testemunha Silvana, que informou que no momento do acidente observou que a tampa poderia virar sobre o próprio eixo, facilmente, disse: "então mas eu também pisei na tampa, e ela não virou no eixo" (04'55").

Disse com certeza que a tampa não poderia virar e que não poderia afirmar que a criança teria realmente caído na caixa de esgoto, mas que achava difícil, diante da estrutura da tampa.

Ainda, defendeu fortemente a construtora alegando, inclusive, que a MRV não iria colocar um objeto no condomínio que não fosse bom o suficiente para ele. Que achava que ela "não seria negligente a esse ponto". E que ele e o síndico não viam motivos para serem contra a MRV, pois tudo o que pedem ela faz.

Assim, por todas as provas apresentadas nos autos, clara a responsabilidade das rés, quanto ao ocorrido com o filho da requerente. A construtora e o condomínio foram totalmente negligentes, instalando e mantendo no condomínio tampas que poderiam facilmente ser deslocadas por qualquer pessoa, inclusive por uma criança como a que se envolveu no acidente. O condomínio, embora tenha sido dito o contrário, claramente realizou a troca das tampas por outras, mais pesadas e de difícil deslocamento, após o ocorrido, demonstrando ainda mais que as tampas antigas não eram seguras.

Nenhuma negligência houve por parte da mãe da criança; ela andava perto do filho, que caiu no esgoto simplesmente passando sobre a tampa, que deveria ser segura mas estava longe disso. Por sorte, e por estar atenta, a criança foi logo encontrada, evitando-se um mal ainda maior.

Dessa forma, observando-se que o dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial, moral, psíquico e intelectual do ser humano, principalmente ao que se refere à sua liberdade, honra, saúde mental ou física e à sua imagem, clara a ocorrência no caso concreto. Frise-se que o mero aborrecimento com as situações cotidianas não geram dano moral e devem ser suportadas por todos aqueles que vivem em sociedade.

Este, entretanto, não é o caso dos autos. A criança de apenas 01 ano e 3 meses, por negligência das rés, caiu dentro do esgoto, o que por si só já acarreta transtornos muito maiores do que meros aborrecimentos.

Cumprе destacar que na fixação do valor da indenização por dano moral, à falta de regulamentação específica, certos fatores têm sido apontados como determinantes do alcance da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

indenização. A conduta das partes, condições econômicas do ofendido e do ofensor e a gravidade do dano são de suma importância dentre os fatores hauridos da experiência comum. O valor da indenização deve ser arbitrado considerando, ainda, que deve servir como fator de reparação à lesão sofrida pela parte autora e também, deve ter caráter pedagógico de forma a desestimular comportamentos semelhantes ao praticado pelos réus.

Nesse sentido, fixo a indenização por dano moral em R\$ 10.000,00, quantia que entendo suficiente para reparar a dor sofrida pela parte autora, sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, servindo de fator intimidativo à parte ré, na prevenção de condutas semelhantes à discutida nos presentes autos.

Quanto ao pedido de substituição das tampas, observo que a autora não possui legitimidade para propor o que pretende, visto que não pode postular em nome próprio, o que seria direito de toda coletividade abarcada pelo condomínio. Assim, não conheço de tal pedido, ficando o feito extinto sem resolução do mérito, neste quesito.

Ante o exposto, **NÃO CONHEÇO** do pedido de obrigação de fazer e **JULGO EXTINTO** sem resolução d mérito. **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC para condenar os réus, solidariamente, ao pagamento do valor de R\$10.000,00 à título de danos morais, incidindo juros de mora e correção monetária a partir da data da publicação desta sentença, visto que o decurso do tempo também foi levado em consideração para a fixação do montante da indenização.

Considerando a possível prática do crime de falso testemunho pela testemunha Antonio Carlos Aparecido da Costa, extraíam-se cópias integrais destes autos, em mídia digital, bem como da mídia da audiência, encaminhando-se ao MP local – criminal – para a devida apuração, se entender ser o caso.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte, observando-se a gratuidade concedida à autora. Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação, para cada parte, nos termos do art. 85, § 14, do CPC, observando-se a gratuidade concedida à autora.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 01 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**